

## **A Importância da Conservação/Preservação Ambiental da Floresta Nacional do Araripe para a Região do Cariri – Ceará/Brasil.**

ALVES, Cícera Cecília Esmeraldo/Doutoranda do Curso de Geografia/Universidade Federal do Ceará-UFC/Brasil.

BEZERRA, Lireida Maria Albuquerque/Professora do Departamento de Geociências/Universidade Regional do Cariri-URCA/Brasil.

MATIAS, Ana Carolina da Costa/Geógrafa/Fundação Mussambê/Brasil.

### **RESUMO**

A pesquisa objetiva diagnosticar a importância da conservação e preservação ambiental da FLONA ARARIPE, para a região do Cariri Cearense, por apresentar uma biodiversidade e ecossistemas que contribuem para a sustentabilidade hidrológica, ecológica e edáfica do Complexo Sedimentar do Araripe. Primeira floresta criada no Brasil, através do decreto Nº 9.226, de 02 de maio de 1946, localiza-se no topo da Chapada do Araripe – centro da Região Nordeste do Brasil, no extremo sul do estado do Ceará. Com base no diagnóstico da área, através de visitas na área e análise das imagens de satélites, a FLONA vem apresentando mudanças na sua paisagem natural, devido algumas ações de degradação ambiental, desmatamentos, queimadas, extrativismos, especulação imobiliária dentre outros. Sendo gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade, este detém um número mínimo de recursos humanos para acompanhar e fiscalizar 38.262 hectares de área. Nesse sentido, é de suma importância a execução do seu plano de manejo, práticas educativas que garantam a conservação/preservação ambiental desse território.

**Palavras-Chave:** Floresta, Conservação e Preservação.

## **Introdução**

O período contemporâneo revela as grandes descobertas tecnológicas, o avanço das fronteiras e a influência das territorialidades para o desenvolvimento econômico. As mudanças ambientais estão presentes no cotidiano, relacionadas a problemas de desmatamentos, queimadas, poluição de diversas tipologias, lixo, crescimento desordenado das cidades e o aumento da população.

A Floresta Nacional do Araripe – FLONA/ARARIPE, primeira criada no Brasil, através do Decreto Nº 9.226, no dia 02 de maio de 1946, localiza-se no topo da Chapada do Araripe – centro da Região Nordeste do Brasil, no extremo sul do estado do Ceará.

Ao pesquisar a conservação/preservação da Floresta Nacional do Araripe, objetiva-se compreender a importância da mesma para o equilíbrio ambiental na região do Cariri Cearense/Brasil, por apresentar uma biodiversidade e ecossistemas que contribuem para a sustentabilidade hidrológica, ecológica e edáfica do Complexo Sedimentar do Araripe.

Torna-se imprescindível a preservação e conservação dessa biodiversidade para a Região do Cariri e a continuidade da vida desse ecossistema. É possível mantermos atividades ecoturísticas, de lazer, o extrativismo vegetal, a utilização de espécies da flora, as pesquisas científicas, mas, voltado para a sustentabilidade de ações educativas para a população do entorno da floresta e a sociedade em geral, pensando em sua conservação.

## **A Floresta Nacional do Araripe**

A Floresta Nacional do Araripe – FLONA/ARARIPE foi a primeira a ser criada no Brasil, através do Decreto Nº 9.226, no dia 02 de maio de 1946. Localiza-se no topo da Chapada do Araripe – centro da Região Nordeste do Brasil, no extremo sul do estado do Ceará, abrangendo parte dos municípios de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim. Possui uma área de 38.262 hectares e relevo tabular, variando entre 760 a 920 metros.

Apresenta média pluviométrica de 1.000 mm por ano e temperatura que varia de 15 a 25° C. Seu solo é originário do período Cretáceo, predominando o tipo latossolo.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, com sede no município de Crato/CE, é o órgão responsável pela sua administração.

Trata-se de uma área regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo estas definidas, no inciso I, artigo 2º da Lei nº 9.985/2000, como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

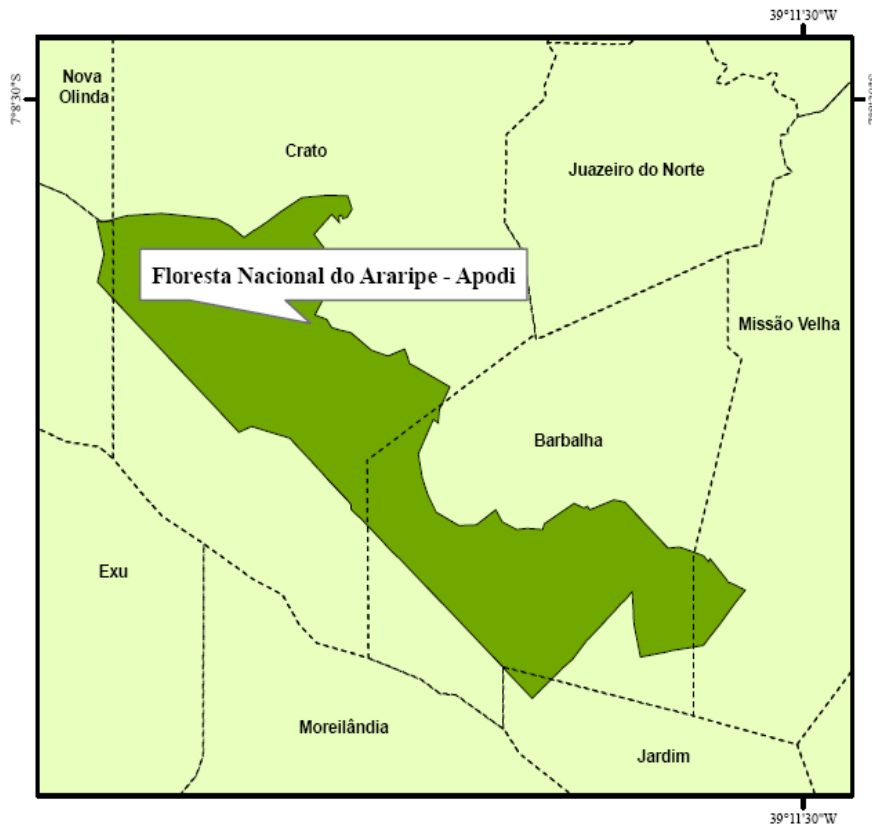
A FLONA/ARARIPE possui grande relevância na manutenção do equilíbrio hidrológico, climático, ecológico e edáfico do Complexo Sedimentar do Araripe. Quanto ao aspecto sócio-econômico, a FLONA/ARARIPE oferece alternativas de exploração de produtos, que são utilizados para fins alimentícios: pequi (*Caryocar coriaceum Wittm*), cajuí (*Anacardium humile*), mangaba (*Hancornia speciosa Gomes*), araçá (*Psidium sp.*), Cambuí (*Eugenia crenata*), pitanga (*Eugenia michelli Lam*) etc.) e medicinais: Janaguba (*Himatanthus drasticus*), fava d’anta (*Dimorphandra gardneriana*), catuaba (*Anemopaegma ssp.*) etc. São também desenvolvidas atividades de ecoturismo, pesquisa e educação ambiental. Ressalta-se a sua importância como refúgio para a fauna regional, inclusive para espécies ameaçadas de extinção e endêmicas (Plano de Manejo – FLONA/ARARIPE, 2004).

A vegetação da Floresta compõe-se de: Floresta úmida semiperenifólea (10,95%); transição floresta úmida/cerrado (48,53%); cerrado (27,49%); carrasco (1,52%); e floresta úmida degradada pelo fogo (11,52%).

O Plano de Manejo da Floresta Nacional do Araripe, elaborado no ano de 2004, propôs o zoneamento de sua área, constituindo este a base de ordenamento e gestão dessa Unidade de Conservação. As principais zonas estabelecidas são:

- a) Zona de Conservação: Área onde ocorre pequena intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou monumentos naturais de relevante interesse científico. Seus objetivos são: conservação do ambiente natural, pesquisas, educação ambiental e formas primitivas de recreação. Apresenta uma área de 703,62 hectares, equivalente a 1,84% da área total da FLONA.
- b) Zona de Recuperação: É uma zona provisória que contém áreas alteradas. Uma vez recuperadas, serão incorporadas novamente a uma das zonas permanentes. A recuperação poderá ser natural ou induzida, preferencialmente com espécies nativas. Seu objetivo é deter a degradação dos recursos e recuperar a área, podendo incluir ainda, atividades de pesquisa e educação ambiental. Possui uma área de 2.033,85 hectares, equivalente a 5,31% da área da FLONA/ARARIPE
- c) Zona de Uso Público: Constituída por áreas naturais alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural. Tem como objetivo facilitar a recreação intensiva, o lazer e a educação ambiental em harmonia com o meio. Com uma área de 1.663,14 hectares, é equivalente a 4,34% da FLONA. Nessa Zona permite-se a visitação pública.
- d) Zona de Manejo Florestal: Compreende as áreas de floresta nativa ou plantada, com potencial econômico para o manejo sustentável dos recursos florestais. Seus objetivos são: o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, geração de tecnologia e de modelos de manejo florestal. Também são permitidas atividades de pesquisa e educação ambiental. Apresenta uma área de 15.401,68 hectares, equivalente a 40,21% da FLONA/ARARIPE (figura 01), e abrange principalmente áreas de Cerrado e Cerradão, com fragmentos de mata úmida.
- e) Zona de Uso Conflitante (ZUC): Essa área é bastante utilizada para pecuária, favorecendo a proliferação de incêndios. São também ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos

sobre a Unidade de Conservação. Ocupa uma extensão territorial de 11.040,35 hectares.



**Figura 01: FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE - APODI**  
**Mapa de Localização – Escala 1:20.600.000**

É perceptível a importância da floresta para a continuidade da fauna e da flora, para isso, torna-se necessário obedecer às políticas ambientais e as propostas do Plano de Manejo dessa Unidade. Sendo assim é possível termos atividades extrativistas sustentáveis com a janaguba (*Himatanthus drasticus*), fava d'anta (*Dimorphandra gardneriana*), pequi (*Caryocar coriaceum Wittm*), dentre outros produtos que não causem impacto ambiental a esta biodiversidade.

### **A Importância da Conservação e Preservação Ambiental da Floresta Nacional do Araripe**

A literatura científica detalha muito bem a diferença entre conservação e preservação ambiental. Ambas estão voltadas para a sustentabilidade e continuidade dos recursos naturais. No entanto, a preservação impõe que a área ou aquele ecossistema não possa sofrer

alterações, enquanto que para a conservação é possível conciliar atividades ou ações educativas dentro de uma Unidade de Conservação, de uma reserva, de um parque etc.

Nesse sentido, JACOBI (1997, p.53) coloca que:

O desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual, de um lado, as restrições mais relevantes estão relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. A idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso fundamentar uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos, através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos.

A reflexão sobre sustentabilidade permite lembrar o trabalho e a dedicação dos povos tradicionais, a cultura adotada por eles na floresta e as comunidades extrativistas que vêm resistindo ao sistema capitalista, buscando a conservação e preservação ambiental. Ainda para JACOBI (2007, p.56),

Vive-se, no início do século XXI, uma emergência, que mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. Uma crise do ser no mundo, que se manifesta em toda a sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas.

Corroborando com Diegues, as políticas de conservação espalharam-se pelo mundo com base no modelo norte-americano. Observa-se bem essa adoção no entendimento de parques, áreas protegidas e assim, o autor destaca, “como essa ideologia se expandiu, sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as ‘populações tradicionais’ de extrativistas, pescadores, índios...” (1996, p.37)

Como falar em conservação/preservação ambiental sem considerar esses povos, essas comunidades tradicionais que podem contribuir para a continuidade e manutenção da biodiversidade local e para o avanço científico?

No caso da Floresta Nacional do Araripe, as comunidades tradicionais têm uma importância fundamental, pois vivem, principalmente, de atividades extrativistas de produtos advindos da floresta. Assim, dependem dela para garantir sua sobrevivência e, por isso, necessitam da manutenção de sua biodiversidade. Assim, seu papel na conservação torna-se primordial.

Em 1954, ADERALDO relatava em carta ao Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, a importância da criação da Floresta Nacional do Araripe para o Cariri e o Ceará. O mesmo já colocava a questão da degradação ambiental e a exploração dos seus recursos, afirmando que:

... essas florestas existem, tecnicamente, para a produção de recursos. São administradas não somente para os fins de proteção, mas ainda de desenvolvimento e utilização da madeira, da água e de outros recursos, que passarão a ser aplicados sob as vistas de técnicos especializados. Sua instalação, portanto, não visa estancar a produção, mas orientá-la, de modo a que não prejudique o interesse coletivo. Destarte, a floresta seria não só de preservação, mas também de rendimento, pois de lá poder-se-ia retirar madeira, muito embora, atendendo-se ao aspecto seletivo, essa extração não prejudique o fim para o qual foi aquela especialmente criada.

Nas perspectivas da conservação/preservação, evidencia-se que áreas como esta necessitam de medidas preservacionistas, de planejamento para o gerenciamento de acordo com o ambiente. Uma área que apresenta ecossistemas de cerrado, cerradão, mata úmida e transição de carrasco e caatinga e na sua encosta várias fontes naturais se torna vulnerável a ações impactantes de desmatamento, queimadas, ocupação urbana na encosta, desvio de fontes e ações de danos ambientais como lixo e outros no topo da floresta.

A ocupação das áreas do entorno da floresta ao longo de anos vem trazendo danos irreversíveis a esta, pois nunca houve uma preocupação visando o futuro. Hoje, a população já vivencia problemas gravíssimos relacionados a essa degradação, como desmoronamento de encostas e escassez de água em algumas fontes. Além disso, várias espécies encontram-se ameaçadas de extinção, entre elas o soldadinho do Araripe (*antilophia bokermanni*) espécie endêmica, pássaro encontrado somente na FLONA, (figura 02).



Figura 02: Soldadinho do Araripe  
Fonte: Aquasis

Nesse sentido, é importante colocar o inciso II do Art. 2º da Lei 9.985/2000 que enfatiza a conservação da natureza destacando:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial



de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Coloca-se algumas reflexões: É possível uma convivência sustentável homem e meio ambiente? A conservação pode se tornar uma realidade, desde que haja condições adequadas para uma melhor exploração das atividades de extrativismo vegetal na Floresta e atividades de lazer? Como sensibilizar o homem para não degradar o ambiente da floresta com desmatamentos, caças, queimadas e as políticas de gerenciamento de ocupação urbana em direção a encosta, por parte do poder público?

Parafraseando Gonçalves (2000, p. 22),

Como se vê, a problemática ecológica implica outras questões extremamente complexas. Implica outros valores, o que por si só coloca questões de ordem cultural, filosófica e política. Implica um outro conceito de natureza e, conseqüentemente, outras formas de relacionamento entre os seres vivos; com o mundo inorgânico; enfim, dos homens entre si.

A sociedade precisa entender que a Floresta Nacional do Araripe é a garantia da sobrevivência nas diversas cidades ao seu redor, desde ao extrativismo, as comunidades tradicionais, até a “tranqüilidade urbana” para as cidades que estão no vale, sem inundações e deslizamentos, ou seja, o diagnóstico das catástrofes urbanas que vivenciamos no período contemporâneo.

## **Conclusões**

É possível mantermos Unidades de Conservação preservadas ou conservadas, diante das relações capitalistas? Como considerarmos o discurso do desenvolvimento sustentável com base na conceituação que “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”, quando a lógica do mercado é produção em grande escala?

As ações educativas devem ser incentivadas e desenvolvidas junto à sociedade, ao homem extrativista, a comunidade do entorno da floresta sensibilizando-os sobre a necessidade de conservação/preservação para as gerações futuras. Entretanto, os conselhos e os fóruns são imprescindíveis para refletir e discutir propostas de convívio, de reflorestamentos, de atividades ecoturísticas e culturais para a compreensão desse território para as gerações presentes e futuras e para as pesquisas científicas.

Por fim, coloca-se a pergunta: É possível uma convivência sustentável homem e meio ambiente? A conservação pode se tornar uma realidade, desde que haja condições adequadas para uma melhor exploração das atividades de extrativismo vegetal na Floresta. No entanto, antes de aplicar qualquer medida de retirar o homem de sua dependência com a Floresta, faz-se necessário propor medidas e alternativas que façam desse homem um guardião e não um inimigo dela.

## **Referências**

ADERALDO, Mozart Soriano. **A Floresta Nacional Araripe-Apodi**. Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Fortaleza, 21 de março de 1954.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

JACOBI, Pedro R. Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade: alguns elementos para reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Educar na Sociedade de Risco: O Desafio de Construir Alternativas. In: **Pesquisa em Educação Ambiental** (UNESP-Rio Claro e USP-Ribeirão Preto) – Vol.2, Nº 2, julho – dezembro, 2007.

LEI Nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 18 de julho de 2000.

